

Educação popular e sua relação com a formação humana integrada à vida material: elementos ontológicos e epistemológicos

Joaquim Gonçalves da Costa*

Introdução

O conjunto de ideias, a partir do exame analítico acerca da educação popular, neste texto apresentado, busca organizar de maneira mais sistêmica algumas inquietações do autor acerca do processo de aproximação (necessária) entre a discussão da educação popular, com uma perspectiva materialista da história. É um esforço para compreendê-la em sua potencialidade utópica, nos seus elementos fundamentais e orgânicos do pensar ativo e do devir histórico interessado à classe que vive do trabalho. Além disso, de reconhecer o seu exercício vivo e vital da natureza essencialmente dialógica de sua perspectiva de formação humana, e, por consequência dos seus processos pedagógicos.

Tem como objetivo analítico fundante, levar em consideração o primado da produção e reprodução da existência material dos seres sociais e, não apenas, como sujeitos de culturas e saberes que deverão ser reconhecidos e incorporados nos processos educativos, politizadores e conscientizadores. É uma tentativa de discutir a educação popular em seus elementos ontológicos e epistemológicos, fundamentalmente, relacionando-os com os aspectos filosóficos e políticos do ato de educar.

É, em linhas gerais, uma postura analítica que busca questionar as reflexões sobre a educação popular que *privilegiam* suas teses constituídas, a história do pensar, métodos e metodologias, proposições pedagógicas, e *secundarizam* a história real vivida nos processos de produção e reprodução da vida material das classes e coletivos populares (ARROYO, 2011).

* Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Laranjeiras do Sul. Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ. Mestre em Educação pela UFPR. Graduado e especialista em Filosofia pela PUC-PR. Especialista em Educação pela UFPR. Curso Superior em Tecnologia e Gestão Pública pelo IFPR.

E-mail: joaquim@uffs.edu.br

Educação popular como concepção de educação: elementos fundamentais

Constituída em seus elementos ontológicos, filosóficos, epistemológicos e políticos a partir dos processos concretos de resistências populares, fundamentalmente dos povos latino-americanos, a educação popular expressa a vinculação orgânica com a organização e com o protagonismo das classes populares. Tem inscrita em sua intencionalidade, a construção de um devir histórico – a partir da transformação da realidade social – interessado à classe que vive do trabalho¹. De acordo com Andrioli (2022, p. 92-93) vemos que:

Torres (2007) sustenta que a Educação Popular caracteriza-se por elementos constitutivos: a) propõe uma realidade crítica da ordem social vigente; b) tem em si uma intencionalidade política emancipadora; c) contribui com os setores dominados e protagoniza mudanças sociais; e d) proporciona a construção e a utilização de metodologias educativas dialógicas, participativas e ativas.

Por ter essa matriz concreta-formadora ao longo dos processos históricos ela vai se constituindo como prática educacional, teoria e processo de formação humana crítica às formas pedagógicas e práticas liberais e tradicionais hegemonicamente implementadas nos processos educativos formais público-privados, portanto, oficiais. Desse modo, a educação popular é uma concepção de educação que traz em sua proposta pedagógica a compilação formal em conteúdo teórico-histórico o ato de ser, viver e produzir dos sujeitos histórico-reais que vivem do trabalho, e por consequência, que sofrem os múltiplos processos de exploração e expropriação². Assim vemos, que

¹ De acordo com Leher (2017, p. 55) “Revoluções são realizadas por mulheres e homens concretos que forjam a história de modo concentrado, intenso, disruptivo; mas não nas circunstâncias por elas e eles desejadas. O *continuum* do tempo sofre rupturas, descontinuidades”.

² Neste texto tentamos fortalecer a *capacidade explicativa do que é popular*, mais vinculada à categoria analítica de *classe social*, afastando-se estrategicamente, de maneira cuidadosa, da categoria-palavra *povo* em sua forma genérica. Esta nota, demarca, portanto, a preocupação já apontada por Dermeval Saviani (2017) quando traz uma revisão das pedagogias e perspectivas educacionais ‘contra-hegemônicas’ que ganham força no período de resistência à ditadura civil-empresarial e militar, dentre elas as pedagogias da educação popular. Menciona o autor que ao alçar análises sob a perspectiva da educação popular, bem como seus feitos pedagógicos, “Manejavam, portanto, a categoria ‘povo’ em lugar de ‘classe’ e tendiam a conceber a autonomia popular de uma forma um tanto metafísica, cuja validade não dependeria de condições histórico-políticas determinadas, mas seria decorrente, por assim dizer, de uma virtude intrínseca aos homens do povo; [...]” (SAVIANI, 2017, p. 117). Ou ainda, de acordo com Algebaile e Valla (2011, p. 25), “[...] à persistente tendência a se apreender as classes populares a partir do uso naturalizado de matrizes de interpretação que ignoram ou secundarizam a experiência histórica, os fundamentos e as condições concretas a partir dos quais são produzidos os valores, os motivos e as ponderações que sustentam o pensamento e as formas de ação social da população pobre”. De posse desses entendimentos, o conceito de popular nesta análise utilizado, demarca a condição concreta em

tanto o ponto de partida como o ponto de chegada da perspectiva da educação popular são os seres sociais pobres, trabalhadores.

A Educação Popular firma-se como uma das concepções de Educação do Povo e avança na elaboração pedagógica e nas práticas educativas, embora, majoritariamente, nos espaços não formais. A consciência de que a educação formal é um direito se amplia e a escola deixa de ser compreendida somente como reprodutora para ser entendida como um espaço importante de disputa e de formação de visões sociais de mundo (PALUDO, 2010, p. 247).

A perspectiva da educação popular, portanto, demarca que a educação não é prática social neutra. Ou seja, neste caso, é um ato político discricionário de classe, do ser social trabalhador-popular-explorado-consciente³. A educação popular, portanto, é um instrumento de construção de participação popular, ativa, deliberada, intencional. Nesse sentido, realiza o processo educacional interseccionado com formação política e conscientização para a ação praxica transformadora onde materializa os processos de produção da existência, de formação humana, relacionados com os processos de luta e organização coletiva das classes populares.

[...] a educação popular aspira a ser, da parte dos educadores comprometidos, uma *presença* militante, onde não raro a forma mais consequente de trabalhar é não ter um programa de trabalho, mas servir aos dos movimentos populares a que se destina. Da parte dos agentes populares, ela aspira a ser uma antecipação de sua possibilidade de criar, *agora*, uma forma orgânica de organização do povo (BRANDÃO, 2006, p. 101).

Como bem destacam Marx e Engels (2002, p. 109) na *tese oitava* sobre Feuerbach “Toda a vida social é essencialmente *prática*. Todos os mistérios que levam a teoria ao misticismo encontram a sua solução racional na práxis humana e no compreender desta práxis”. Advindo destes fundamentos ontológicos, filosóficos, epistemológicos e políticos da atuação humana sobre a realidade, é que podemos destacar as expressões

que vivem os seres sociais que vivem do trabalho. Portanto, a educação popular expressa uma demarcação e mediação classista de projeto societário.

³ Por acumular conteúdo histórico prático-material, acumula e constitui teoricamente uma perspectiva ou uma concepção de educação. Por isto, uma perspectiva pedagógica. De acordo com Paludo (2010, p. 248) “São bases de formulação dessa Pedagogia: a Teoria de Paulo Freire; a Teologia da Libertação; as elaborações do Novo Sindicalismo e dos Centros de Educação e Promoção Popular; o Pensamento Pedagógico Socialista; as múltiplas experiências concretas ocorridas no continente latino-americano; as experiências socialistas do Leste Europeu e as experiências dos países latino-americanos”.

semânticas, com conteúdo histórico-real que demarcam e tipificam a educação popular dentro das condições de tecer que o ser social, o povo (enquanto classe trabalhadora) é sujeito de sua história, e que há um protagonismo popular.

Esse projeto educativo é simbolizado pela educação dos e por meio dos movimentos sociais populares. As expressões “povo sujeito de sua história” (marco ontológico); “conscientização”, “organização”, “protagonismo popular” e “transformação” (marco político e da finalidade da educação); e os métodos prática-teoria-prática, ver-julgar-agir e ação-reflexão-ação (marco epistemológico e pedagógico) representam a orientação das práticas educativas desde a concepção de educação popular (PALUDO, 2012, p. 282).

Ou seja, o fazer coletivo é fundante e condição objetiva orientadora das suas práticas educativas-educadoras. Como bem nos indicou Paulo Freire (1996, p. 129):

Antes mesmo de ler Marx já fazia minhas as suas palavras: já fundava a minha radicalidade na defesa dos legítimos interesses humanos. Nenhuma teoria da transformação político-social do mundo me comove sequer, se não parte de uma compreensão do homem e da mulher enquanto seres fazedores da História e por ela feitos, seres de decisão, da ruptura, da opção.

Para cumprir o seu genuíno papel a educação (pública) e as suas instituições têm de estar sob o controle do poder popular⁴. Somente a partir dessa condição objetivo-material que ela pode cumprir a sua função social. Nessa perspectiva, a contradição social e a contraposição feita pela educação popular às formas educativas hegemônicas demonstram ser um momento da luta de classes e demarcam as potencialidades do processo de travessia. A educação popular, neste sentido, é um processo de afirmação do poder popular.

Educação popular e educação integrada à produção material da existência: força material-política à teoria a partir do movimento do real

No decorrer da história diferentes formas de conceber a educação vão aparecendo e constituindo as possibilidades e projetos de formação humana interessados aos

⁴ “A educação popular tem suas raízes históricas na luta pela superação da opressão, manipulação e dominação. Liberdade, autonomia e conhecimento, portanto, formam um tripé de sustentação das diferentes práticas de experiências de educação popular em busca de um ‘coletivo emancipador’. Assim, na educação popular é fundamental o encontro com o outro como caminho de liberdade” (FRANTZ; GERHARDT; AMARAL, 2017, p. 11).

diferentes projetos societários. Até pelo fato que concepções, ideias e teorias são também históricas e expressam as contradições histórico-materiais que conformam e tipificam a sociedade. Não é possível entender as teorias pedagógicas, as concepções de educação, as perspectivas de formação (humana) sem entender a história da educação e a sua materialidade.

O presente item expressa o esforço em apreender as contradições histórico-materiais da relação entre o ensino das ciências, ou seja, a socialização do conhecimento historicamente produzido com a produção e reprodução da existência material e social dos seres sociais que vivem do trabalho. E, a partir dessa condição relacional, também apreender a importância em interseccionar o conhecimento teórico com o conhecimento prático-popular instituídos a partir da ação praxica classista do povo⁵.

A educação popular, portanto, como processo de mediação e travessia, possibilita na prática que princípios educativos, como o trabalho, a organização coletiva, o conhecimento popular, a luta social, possam tensionar o contexto socioeconômico, onde atuam os seres (sujeitos) histórico-reais. Neste sentido, Valla (2010, p. 322), mostra que:

[...] essas mesmas classes são compostas de pessoas que constroem seu próprio conhecimento que é, por sua vez, uma avaliação da realidade que as cerca. E que a educação popular é exatamente isso: a produção de um novo conhecimento (produto das relações de respeito e de reconhecimento entre os profissionais e as classes populares) que possui os elementos necessários para melhor avaliação da realidade e para a superação do impasse.

O movimento do real quando bem analisado e apreendido pelo movimento do pensamento, revela a teoria analítica. A teoria analítica tende a ser principiológica e universal, e com isso, instituinte de risco de potencializar em abstrata, por vezes, distante da realidade material em que é aplicada e colocada à prova. Neste sentido, os processos de pesquisa, educacionais, analíticos, metodológicos, entre outros, devem

⁵ Com o termo formação-educação integrada à vida – relacionando com os elementos principiológicos da educação popular – queremos indicar a forma processual da formação humana (integrada-plena-multidimensional) que possibilite aos sujeitos educativos ou aos processos educativos, a compreensão de que a concepção de mundo tem uma base real-material, que epistemologicamente há de interseccionar dialeticamente as particularidades em sua relação direta com a totalidade e *vice versa*. Além disso, explicitar a compreensão de que o escopo prático-formal da educação popular é a síntese das múltiplas determinações que se materializam na unidade do diverso contraditório. Ou seja, é na condição da existência das pessoas reais que portam as possibilidades de serem protagonistas dos processos de emancipação humana em sua integridade, como bem advoga a perspectiva da educação popular.

debruçar-se nos elementos particulares da realidade, colocar sobre os crivos da razão os mínimos detalhes (do movimento do real), sem, contudo, perder a relação fundamental com a totalidade concreta que as institui. De acordo com Paludo (2012, p. 282), “[...] estabelece-se, desse modo, o vínculo entre educação e política, educação e classe social, educação e conhecimento, educação e cultura, educação e ética, e entre educação e projeto de sociedade”.

O que se coloca aqui é a indicação de que a educação popular, por exemplo, tem desenvolvido potencialidades práticas e analíticas que ressignificam processos acadêmicos que não deixam os processos de pesquisa e de formação humana, caírem numa relação (unidimensional) entre uma abstração universal e um singularismo não teorizável. Por isso, denota-se que a educação popular não deve prender-se apenas ao singular, ao único, à aparência do contexto real, sob pena ou prejuízo de paralisar a reflexão teórica ou a ação prático. Do mesmo modo, não constitui em estratégia assertiva e fundamental, ver a realidade do povo de modo abstrato (geral) e metafísico.

O sentido ‘prático’ da educação popular verdadeiramente emancipadora é a expressão da relação dialética que medeia uma posição de aproximação com os seres sociais da classe trabalhadora (que compõem o povo), com base em teorias fundamentais, mas que estas não atropelam ou desconsiderem as experiências populares, organicamente constituídas com as matizes da cultura, da prática, do conhecimento construído e socializado por estes, bem como, com os meandros das relações econômico-sociais que vigoram entre os integrantes da classe que vive do trabalho⁶. Muitas vezes, a dificuldade que se tem de captar esses elementos de produção e reprodução da existência, instituem formas autoritárias de atuar nos processos de formação humana. A educação popular, portanto, é um tear dialético que expressa e cuida de evitar no processo de formação, o esvaziamento da teoria, combinando com o cuidado e a não imposição apriorística de qualquer ponto de vista analítico (pré)conceitual.

A concepção de educação popular é uma atividade interventora que ressignifica e reorienta a globalidade das práticas com que os sujeitos educativos e seres sociais se envolvem. Por essa razão ela implica uma teoria em relação profunda com a vida material e social dos envolvidos. Mesmo em situações reais paradoxais e contraditórias, a educação popular institui-se em uma preocupação permanente de inteligibilidade revelada pelo movimento do real, das situações materiais analisadas. Em linhas gerais, a educação popular compartilha uma visão unitária de ser humano e de mundo, e

⁶ É o ato de relacionar – de maneira prático material – a referência analítica com o processo de chegar e incorporar-se ao saber do outro.

denuncia as compreensões e inteligibilidades segmentadas. É a análise da realidade que arranca os elementos teóricos e não o contrário. Não é a aplicação ou a transferência ao real (à realidade) de um conjunto já elaborado de ideias, categorias ou teorias, mesmo que, toda e qualquer atuação interessada de pesquisa ou de formação humana, tenha como princípio concepções de mundo, de realidade, de educação, de humanidade. É neste sentido, que a relação dialética é uma dinâmica que expressa o ir construindo, descobrindo, apreendendo e desenvolvendo o seu sistema explicativo sempre no confronto com o real. É um pensar ativo na realidade.

Os elementos da vida (material-social), as relações econômico-sociais, as experiências, os jogos de poder, as buscas, os interesses, as expectativas, que germinam no mundo, devem ser colhidos pela rede fina da observação e da pesquisa-ação (LIBÂNIO, 2010). São conteúdos histórico-materiais extremamente ricos de todo o percurso analítico, de formação, de educação e de atuação prática, que embebem o conteúdo e demarcam a perspectiva da educação popular.

Nesse sentido a *integração entre* os processos de produção e reprodução da vida material dos seres sociais (como sujeitos históricos) e os processos formativos, institui os princípios epistemológicos da educação popular. A unidade entre criação-produção-reprodução da existência e as condições analíticas e de leitura de mundo constitui o elemento prático fundamental da educação popular. Se a educação popular é uma *'imposição'*, um *'rebento'* da realidade da população trabalhadora, pobre, explorada, admitir a sua necessidade estratégica torna-se um problema ético-político (coletivo) que coloca no horizonte um outro projeto societário. E por ter como fundamento a integração entre ciência-conhecimento (popular)⁷, trabalho e cultura, esse tipo de educação (popular), necessariamente acirra contradições e potencializa mudanças na direção do *'devir histórico-material'* almejado.

Educação popular e imperativos da vida material de seus sujeitos históricos em sua proposta formativa e em sua capacidade explicativa e analítica

O processo de construção do conhecimento, bem como, os processos educativos são as formas de apreensão da realidade e exige que sejam dados a conhecer as ideias, conceitos e teorias já elaboradas ou em elaboração e desenvolvimento sobre a realidade e o seu movimento real. A educação (em seus diferentes espaços, lugares e tempos

⁷ Define-se como a apreensão do movimento do real, bem como da apropriação intelectual de determinado campo prático-empírico, teórico ou simbólico, o processo através dos quais se apreendem, se representam e se explicam as relações que constituem e estruturam a realidade objetivo-material e social.

formativos), portanto, cumpre a função de socializar esse conhecimento construído e difundi-lo, levando em consideração, tanto o benefício da própria ciência, quanto o direito de todos terem acesso ao conhecimento produzido, bem como de definir o objeto e métodos fundamentais.

A organização escolar, os espaços de organizações populares, currículos, movimentos sociais etc., demarcam a razão e formalmente fazem a seleção desses conhecimentos, visando a sua compreensão, a sua socialização a partir de especificidades e intencionalidades definidas, que em linhas gerais, são demarcados pelas contradições e relações sociais e de classe nos campos de forças condensadas do desenvolvimento histórico-social.

Partindo dessas condições é que entendemos os elementos epistemológicos fundantes da educação popular, na medida que essa perspectiva possa incorporar a organização do conhecimento (integrado à produção e reprodução material da existência) como um sistema de relações de uma totalidade concreta e, portanto, dialética. Como bem destaca Chasin (2009, p. 40), “É da síntese – junção e interpenetração – de tais momentos analíticos que se perfaz a *análise concreta* de uma formação ideal”.

Ao integrar o mundo do trabalho, o mundo da ciência e o mundo da cultura percebe-se e tem-se a compreensão do trabalho (como uma mediação de primeira ordem entre humano-natureza), como ato inaugural primeiro, tanto da produção material, quanto da existência social dos homens. Esse processo é instituinte (ou coincide) com a própria formação humana, na qual a cultura, a ciência e o conhecimento são produzidos.

Um processo educativo (sobre essas bases) não privilegia e nem hierarquiza conhecimentos ou arcabouços científicos, mas, sobretudo, trata o campo do saber como um campo de disputas. Além disso, problematiza em suas relações, contradições e historicidades. Ou seja, “[...], trata-se de uma tomada de consciência indissociável de uma efetiva transformação das condições de vida dos oprimidos” (KOHAN, 2019, p. 64).

O escopo das relações materiais que compõe a matriz da educação popular é um problema (epistemológico) e uma necessidade (prática). É um problema porque os fenômenos sociais e as contradições objetivas são complexos(as), multirrelacionados(as) e, as nossas primeiras análises do concreto, em linhas gerais, alcançam apenas a aparência do real, apenas alguns de seus aspectos e dimensões. É um problema também porque todo processo de construção de entendimento e todo conhecimento tem sua identidade epistemológica definida pelos interesses de classe,

de grupos sociais, bem como pelo arcabouço ideológico construído e manuseado para a defesa e legitimação desses interesses. E, é exatamente por esses aspectos que é uma necessidade inerente aos fenômenos sociais, a identificação e a compreensão de sua íntima correlação (intersecção) com a totalidade social que é, em última instância a instituidora da forma e do significado dos processos de debates educativos, e, também da educação popular. Como bem destaca Arroyo (2011, p. 12), “[...] o lado mais radical da educação popular, o viver, resistir, emancipar-se, humanizar-se dos próprios coletivos populares condenados a um injusto viver nos obriga a aproximar-nos e perguntar-nos por seu viver”.

Assim, a educação popular (sob esta perspectiva), ao propor a integração da formação geral, técnica (e profissional, por exemplo) e política a partir do escopo dos processos de produção real-material da existência social, constitui o entendimento de que não se dá *a priori* a distinção entre conhecimentos específicos ou conhecimentos gerais, muito menos de forma absoluta. Ao contrário esses elementos são contingencialmente determinados pelos objetos e processos concretos que motivam a elaboração da seleção de conhecimentos, conceitos, ideias e categorias, e nos casos da educação formal, até mesmo dos currículos.

Este conjunto de princípios teóricos, que trazem em si os elementos principiológicos ontológicos, epistemológicos, filosóficos, políticos e pedagógicos, articulados aos processos da vida material das classes sociais populares parecem demarcar que a educação popular precisa necessariamente articular o trabalho como ação interventora primeira, a categoria trabalho enquanto possibilidade explicativa e princípio educativo, com os tempos e espaços formativos-pedagógicos (do projeto popular), com os processos e projetos de produção de vida material-social dos sujeitos sociais. E dessa matriz e processualidade integrada, fazer as devidas articulações (indutoras) entre as áreas de conhecimento e a produção material e o projeto político e de sociedade, intrínsecos (COSTA, 2010). De acordo com Silva (2008, p. 97):

[...] a relação dos homens com o mundo está marcada pela exterioridade de um e de outro, uma vez que mundo e sujeito não se confundem. Nessa relação estão implicadas as atividades do sujeito sobre o mundo, isto é, as atividades que o homem exerce com vistas a apropriar-se do mundo e que resulta na transformação de um e de outro. A relação com o saber é demarcada, portanto, também pela constituição do mundo como um espaço de atividades.

A educação popular demonstra, portanto, que a relação das classes populares com o saber se dá nas diferentes dimensões de realização material e social da existência. De

acordo com Valla (2011, p. 98), “[...] é necessário que o esforço de compreender as condições e a experiência de vida, como também a ação política da população, sejam acompanhados por uma maior clareza das suas representações e visões de mundo”. A prática social, portanto, como uma dimensão explicativa, demonstra que o sujeito social está estabelecido e atuante dentro um processo e de uma rede de relações objetivo-materiais, contraditórias, conflituosas etc. num determinado momento histórico. (COSTA, 2010).

Considerando esses pressupostos materiais e teóricos, autoriza-nos a destacar que a educação popular em sua relação com a dialética material da história é a expressão desse conjunto de mediações que ligam e interrelacionam determinações particulares e genéricas que compõem as condições e o movimento que constitui o ser social. Por consequência, é a demarcação do ato de ser, de produzir e de viver das classes populares nos processos de emancipação.

Considerações finais

Os elementos prático-materiais que conformam a educação popular são pedagógicos na medida que estabelecem um compromisso e uma vinculação com as condições materiais de produção e reprodução da existência social. Na teia das necessidades de lutar por direitos e condições básicas para uma vida e existência humana dignas, as classes populares mostram a centralidade político-social, cultural e pedagógica do ato de ser e as tornam matrizes formadoras nos processos de formação humana.

Assim, a partir da doutrina materialista da história entendemos que a transformação das circunstâncias e da educação, têm de ser transformadas pelos homens (seres-sujeitos sociais) concretos (MARX; ENGELS, 2002). A partir desse corpus analítico e pensando em aspectos teórico-práticos e processuais didático-pedagógicos da educação popular, poderemos destacar pelo menos três aspectos importantes.

O primeiro aspecto, diz respeito que dentro de um processo de formação contextualizado, integrado à vida material e social das classes populares cada elemento de conteúdo e objeto de análise, além de considerar as fontes de tais concepções, conhecimentos construídos, as difusões científicas sobre os problemas em análise, a partir de diferentes interesses, deve também ser rigorosamente cotejada com a condição material que instiga a sua análise. Este processo objetiva a construção de um saber mais amplo, consistente, crítico e útil sobre esses problemas teórico-práticos e as possíveis soluções e intervenções sobre eles. Neste sentido, inscreve-se, pertinente

a análise multiescalar e relacional, pois possibilita uma compreensão mais sistêmica das contradições entre a totalidade concreta e a particularidade.

O *segundo aspecto*, tem a ver com o ponto de vista processual pedagógico da educação popular que potencializa a construção de uma síntese mais geral a partir das realidades específicas analisadas. Esse processo constitui o campo analítico a partir de investigações de campo e bibliográficas, bem como provoca uma relação interseccionada entre o que já se sabe sobre o problema e o que a materialidade provoca a saber. É, portanto, a constituição do escopo de conteúdos educativos, instrumentais e operativos visando a intervenção sobre a realidade social/material.

O *terceiro aspecto* é que o processo educativo (popular) deve contemplar de forma sintética os passos do estudo nos diferentes campos do conhecimento científico, bem como a aplicação desses conhecimentos elaborados de forma intencional no mundo do trabalho e da ação interventora de seus sujeitos, que ao retornar ao campo das análises, passa a ser objeto de reflexão e fundamental para a construção do entendimento-síntese geral que possa subsidiar processos e projetos de intervenção na produção e reprodução da vida material dos sujeitos educativos das classes populares.

O campo de atuação das classes populares constitui-se num universo socialmente integrado ao conjunto do modelo produtivo e da sociedade como um todo, bem como do contexto das relações internacionais. Não se deve supor, portanto, – ao pensar naquilo que principiológico da educação popular, seus sujeitos/protagonistas e seus direitos – a existência de um universo autônomo, isolado, independente em relação ao conjunto da sociedade e/ou que tenha uma lógica exclusiva de funcionamento e reprodução.

Desse modo, a educação popular em sua origem e em sua principiologia (onto-epistemológica) indica a necessidade de considerar e reconhecer o movimento do real, e neste, a interação e atuação dos seres sociais (das classes populares), desde a luta e busca por direitos como processo formador, até o reconhecer que a vivência organizativa é fonte de conteúdo político, também formador no processo instituinte de consciência de classe. Para a educação popular, portanto, o trabalho educativo tanto nas instituições escolares quanto nos espaços não formais, visam formar seres-sujeitos sociais que interfiram ativamente em processos de transformação dessa realidade social. É por essas condições objetivo-materiais, político-pedagógicas que a educação popular se constituiu ao mesmo tempo em potencialidade como ação prática-cultural, uma teoria e perspectiva de educação, bem como, um movimento de educação e formação popular interessado(a) com a dinâmica transformadora da vida e da realidade dos mais pobres, a partir dos imperativos da luta de classes.

Referências

- ALGEBAILLE, E.; VALLA, V. V. Classes populares no Brasil: uma pauta de questões no tempo. In: VALLA, V. V.; ALGEBAILLE, E.; GUIMARÃES, M. B. (Orgs.). **Classes populares no Brasil: exercícios de compreensão**. Rio de Janeiro: FioCruz, 2011. p. 21-38.
- ANDRIOLI, L. Â. **Religiosidade e mística no movimento de mulheres agricultoras: um processo de constituição de identidades por meio da Educação Popular**. Curitiba: Editora Appris, 2022.
- ARROYO, M. G. Prefácio – As indagações desestabilizadoras do injusto viver. In: VALLA, V. V.; ALGEBAILLE, E.; GUIMARÃES, M. B. (Orgs.). **Classes populares no Brasil: exercícios de compreensão**. Rio de Janeiro: FioCruz, 2011. p. 11-14.
- BRANDÃO, C. R. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- CHASIN, J. **Marx – estatuto ontológico e resolução metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- CIAVATTA, M.; RAMOS, M. Ensino Médio Integrado. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro-São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio-Expressão Popular, 2012. p. 305-313.
- COSTA, J. G. **O processo educativo no projeto saberes da terra do território Cantuquiriguaçu: limites e possibilidades**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR-PPGE, 2010.
- FRANTZ, W.; GERHARDT, M. C.; AMARAL, A. G. Apresentação. In: FRANTZ, W.; GERHARDT, M. C.; AMARAL, A. G. (Orgs.). **Ações e experiências educativas no campo da educação popular**. Ijuí: Editora Unijuí, 2017. p. 9-12.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- KOHAN, W. **Paulo Freire mais do que nunca: uma biografia filosófica**. Belo Horizonte: Editora Vestígio, 2019.
- LEHER, R. A pedagogia socialista nos processos revolucionários, organizações políticas e movimentos sociais. In: CALDART, R. S.; VILAS BÔAS, R. L. (Orgs.). **Pedagogia Socialista: legado da revolução de 1917 e desafios atuais**. São Paulo: Expressão Popular, 2017. p. 55-87.
- LIBÂNIO, J. B. Comentários de um teólogo da libertação. In: VASCONCELOS, E. M. **Educação Popular e a atenção à saúde da família**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010. p. 323-329.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã (1º capítulo) – Teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Centauro, 2002.
- PALUDO, C. Educação Popular e Educação [Popular] do Campo. In: MIRANDA, S. G.; SCHWENDLER, S. F. (Orgs.). **Educação do Campo em movimento: teoria e prática cotidiana**. V. I. Curitiba: Editora da UFPR, 2010. p. 245-266.

PALUDO, C. Educação Popular. *In*: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro-São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio-Expressão Popular, 2012. p. 280-285.

SAVIANI, D. Panorama histórico do processo de construção da pedagogia socialista no Brasil. *In*: CALDART, R. S.; VILAS BÔAS, R. L. (Orgs.). **Pedagogia Socialista: legado da revolução de 1917 e desafios atuais**. São Paulo: Expressão Popular, 2017. p. 103-125.

SILVA, M. R. **Currículo e competências: a formação administrada**. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

VALLA, V. V. Ainda a educação popular para enfrentar o fosso cultural na nova ordem mundial. *In*: VASCONCELOS, E. M. (Org.). **Educação Popular e a atenção à saúde da família**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010. p. 321-323.

VALLA, V. V. Procurando compreender a fala das classes populares. *In*: VALLA, V. V.; ALGEBAILLE, E.; GUIMARÃES, M. B. (Orgs.). **Classes populares no Brasil: exercícios de compreensão**. Rio de Janeiro: FioCruz, 2011. p. 91-103.